

A Revolução Militar em Curso - Os Novos Contextos

Doutora
Janete S. Cravino



O fenómeno da Guerra apresenta-se, tal como Quincy Right (1942, 1961), afirmava, como uma manifestação da violência de grupos politicamente organizados em cada época histórica. Identificado especialmente com os Estados, este fenómeno é caracterizado pela utilização de Forças Armadas com uma razoável dimensão, arrastando-se ao longo de um determinado período de tempo.

O mundo que emerge da II Guerra Mundial, é profundamente diferente do mundo que existia antes da guerra. Este período, caracterizado pela rivalidade do mundo em equilíbrio bipolar, transformou-se num marco de viragem na história da Humanidade e, ainda mais, na história das Relações Internacionais.

Num mundo marcado pela volatilidade identitária, as zonas de interesse estratégico fundamentais alteraram-se, e passaram a ser aquelas que são verdadeiramente capazes de exportar a sua própria instabilidade.¹ As guerras já não obedecem à concepção clausewitziana de matriz trinitária (Estado, Forças Armadas, População), típica do anterior sistema internacional. Hoje a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar. Para muitos, trata-se de uma situação típica do mundo tendencialmente unipolar do ponto de vista do esforço militar.

Depois de 1945, as guerras tornaram-se cada vez menos entre Estados² e passaram a contemplar outros actores.³ Verificou-se então uma extrema plasticidade dos seus actantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta pela sobrevivência sem regras, sem objectivos claramente definidos, totalmente irracional, caótica, poluída, penetrada pelo crime organizado, pelo terrorismo e pelo tribalismo.⁴ Igualmente relevante é o aparecimento de entidades supra-estatais institucionalizadas, capazes de executar acções militares conjuntas.

O processo que está em curso será progressivo, irregular e caótico, uma vez que a ruptura do Estado favorece o crescimento da violência internacional não-estatal, em casos extremos, privatizada.⁵ A tendência aponta para que as guerras persistam entre

Estados pequenos e fracos (em termos de legitimidade e de eficácia) ou em países menos desenvolvidos, não chegando a envolver as grandes potências.⁶

São diversas as perspectivas de análise sobre futura tipologia das guerras. De facto, genericamente, é comum classificar as guerras actuais e do futuro como regulares e irregulares.⁷ Como guerras regulares consideramos os conflitos que obedecem ao modelo trinitário tradicional definido por Clausewitz. Nesse sentido, nas guerras irregulares os principais actores já não são os Estados e as suas Forças Armadas.

Tudo indica que, regulares ou irregulares, há duas aproximações fundamentais para caracterizar as guerras do futuro. A primeira assenta na crença que as guerras **espectáculo**, possibilitadas pela Revolução Militar em Curso, tendo por base os enormes avanços das tecnologias de informação, dominarão. A segunda visão, que procura o entendimento de fenómenos como as “novas guerras”, ou de “terceiro tipo”, tende a defender que a revolução está maioritariamente a ocorrer nas relações sociais da guerra. Nesse sentido, o elemento central da equação não é a tecnologia, mesmo que aquelas sejam influenciadas por esta última.

Importa aqui introduzir um aspecto relevante relacionado com a Revolução Militar em Curso (RMC). De acordo com o Professor António Telo, a RMC desenvolve-se num contexto internacional muito peculiar que a molda e condiciona. A implosão da sociedade soviética no final da década de 1980, alargou enormemente o âmbito de aplicação efectiva da RMC. De facto, a RMC, desenvolveu-se para responder a uma certa conjuntura internacional e esse facto condicionou fortemente a sua realidade. A RMC, cria uma guerra com baixas nulas ou quase nulas de um dos lados e imensas do outro. “É uma guerra distante, em que o poder que está na defensiva é castigado sem conseguir responder e isso, mais que qualquer outra coisa, acaba por minar a sua vontade de resistir. É uma guerra de precisão e multifacetada, onde as conferências de imprensa são muitas vezes mais importantes do que os campos de batalha (...). É, em certo sentido, a guerra de guerrilhas dos grandes poderes na Idade da Informação, pois aplica os princípios básicos da guerra de guerrilhas, numa base tecnológica e doutrinal muito diferente”.⁸

A guerra deste início de século foi de algum modo antecipada no livro de Alvin e Heidi Toffler, Guerra e Anti-guerra, de 1994. Nesta obra os Toffler anunciaram a divisão tripartida do mundo e das guerras em vagas: A vaga das “guerras agrárias”, típica do período das revoluções agrárias; a vaga das “guerras industriais”, produto da revolução industrial, e por fim a vaga da “guerra da informação”, resultante da revolução da informação e do conhecimento.⁹

As guerras RMC, foram caracterizadas apenas pela alta tecnologia, nomeadamente a tecnologia ligada à informação. Se esta caracterização correspondesse à realidade, denominá-las-íamos de guerras pós-modernas, e não guerras RMC. A RMC, associada à transformação nos assuntos de defesa, caracteriza-se por ser um fenómeno em complexificação, ou seja, assenta na tecnologia da sociedade da informação. Caracteriza-

se pela utilização do espaço, pelas novas táticas e composição orgânica das unidades, pela necessidade essencial de conter a violência dentro de limites políticos, éticos e estratégicos aceitáveis pela comunidade internacional.¹⁰

Esta caracterização será, no entanto, mais vasta; a RMC é também marcada pela “civilização” (civil quanto possível, militar quanto necessário) e sobretudo pelo modelo de organização das tecnologias existentes e disponíveis mesmo no mercado civil. A partir destas, é possível criar novas e diferentes capacidades num sistema de sistemas. A tecnologia não modifica a natureza da Guerra, altera antes o seu carácter, o que implicará a operacionalização de um novo conceito para o termo Guerra, que agora designa uma situação que não se distingue claramente dos períodos de paz.

A ordem de batalha nestas guerras de alta tecnologia, centradas e em rede, desenvolve-se em torno de acções RISTA (Reconnaissance, Intelligence, Surveillance and Target Acquisition) e de armas inteligentes.¹¹ O novo campo de batalha está dominado por um sistema de sistemas, com base no C2W (Command and Control, Warfare), constituindo uma 5ª dimensão da guerra, onde a manobra informacional se sobrepõe, e por vezes substitui a manobra do terreno.¹² As novas tecnologias e a digitalização, ditam novas doutrinas estratégicas, táticas e organizacionais. A tendência é para a robotização do campo de batalha de uma forma progressiva.

As guerras RMC, empregam muito a guerra de informação¹³, o vector moderno da guerra psicológica e ainda a subversão tradicional.¹⁴ No campo de batalha (actual e do futuro), o mais importante é o domínio da informação, mais precisamente, o acesso, o controlo e o respectivo processamento daquela.

A guerra de informação a um nível estratégico, implica um domínio do ciber-espaço, uma vez que não podem ser descurados os ciber-ataques, com as suas bombas lógicas, vírus e cavalos de Tróia.¹⁵ Nesta nova forma de guerra a supremacia das comunicações é um factor imperioso, sendo que na maior parte dos casos o espaço exterior deve ser entendido como a sua quarta dimensão.¹⁶

Com a civilização, a distinção entre civil e militar é um domínio que será susceptível de alteração significativa, uma vez que já não são apenas as Forças Armadas que entram em combate, mas as comunidades políticas por elas servidas. Este fenómeno de interpenetração, é indicador de um novo tipo de Forças Armadas.¹⁷ “A RMC está ligada a forças armadas profissionais, pouco numerosas, altamente especializadas, com uma formação e actualização permanente, animadas pela ideia da mudança como centro da actividade militar, de fronteiras difusas entre militares e civis. Estas Forças Armadas de tipo novo têm uma ligação muito especial aos centros de investigação da sociedade que as forma e ao mundo universitário, o que se torna essencial para o bom desempenho das suas funções”.¹⁸

As guerras que envolvam a grande potência, isolada ou em coligação, sejam elas regulares ou irregulares, serão sempre RMC. A III Guerra do Golfo é um cenário típico de

guerra **formal**. A intervenção da coligação internacional em solo iraquiano pautou-se pela superioridade tecnológica, pela supremacia aérea, com domínio do espaço, pelo uso de armas inteligentes e também por uma intensa guerra de informação.¹⁹

Nas guerras RMC o **factor tempo** faz a diferença. A duração em termos de uma acção militar intensa é muito curta - semanas - e é importante que assim seja, sobretudo por razões de opinião pública e de interesse político.²⁰ Isto não quer dizer que no período posterior à acção militar decisiva, tipicamente de estabilização, a presença militar não se arraste por vários anos, já que actua em ambiente subversivo.

Parece gerar consenso a convicção de que as guerras de hoje já não correspondem à classificação clássica do prussiano Clausewitz para quem a Guerra não era somente um acto político, mas um verdadeiro instrumento político. Na verdade, hoje aquela máxima inverteu-se: a Política, sim, passou a ser a continuação/diversificação do estado de guerra. Para Edward Luttwak a guerra pode resolver conflitos políticos e conduzir à paz; no fundo a guerra é uma forma de política.²¹

Uma das mais importantes implicações desta mudança qualitativa de conceito de guerra, é a alteração dos laços funcionais entre o poder político e o aparelho militar. A envolvente política perpassa agora, verticalmente, todos os níveis de actuação militar. A estrutura de comando militar nos diversos patamares de responsabilidade preocupa-se principalmente com a actuação política.²²

As recentes guerras caracterizam-se fundamentalmente, pela relevância que determinadas organizações, que não os Estados, ganharam.²³ Conforme a circunstância qualificamos os seus elementos como bandidos, terroristas, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo e misturam-se/confundem-se com a população. Nestes conflitos é normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados (internacionais e não internacionais), bem como do regime de protecção dos direitos humanos.²⁴

São guerras sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem santuários, sem pontos de apoio, sem respeito pelos limites territoriais sem uma estratégia e sem uma táctica definida. As suas "virtudes" estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, empregando por vezes o terror (limpeza étnica, massacre, rapto), onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. A população, tal como nas guerras subversivas, desempenha um papel fundamental; é o apoio de retaguarda logístico, em informações e ao mesmo tempo fonte de recrutamento. Por outro lado também é o alvo principal. Nestas guerras há uma desvinculação do estatal, já não há a associação aos interesses nacionais, mas às pessoas que surgem como as maiores vítimas.²⁵

A assimetria é um velho conceito que reaparece agora associado à superioridade tecnológica dos meios militares ocidentais. Particularmente interessante é o conceito de dissimetria desenvolvido nos meios militares americanos. Esta superioridade induz

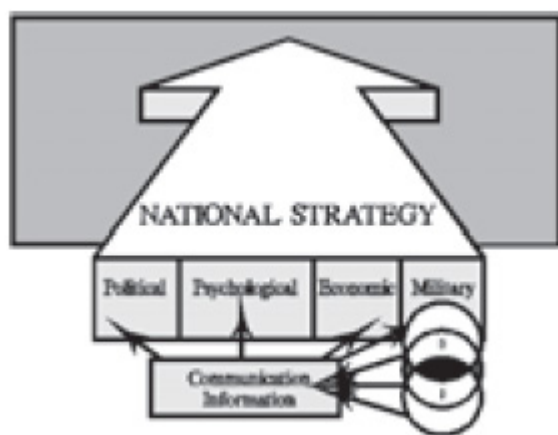
qualquer adversário a refugiar-se em respostas assimétricas, socorrendo-se de métodos tradicionais, por vezes rudimentares (na Somália os tambores), à mistura com meios de alta tecnologia disponíveis no mercado civil (GPS, telefones por satélite, e.mail). É uma guerra de desgaste, sem frentes nem retaguarda, flexível, e que pode expressar a sua violência através de guerrilha, de terrorismo, do crime organizado. Depende muito da imaginação e da força de vontade do adversário.

Contudo, é precipitado concluir que a relação assimétrica tem como origem unicamente a diferença tecnológica. Ela pode até ser diminuta ou nem existir. Nesse sentido, a assimetria emerge também da diferenciação na organização, mas sobretudo do conceito de operações, deixando estas de ser sucessivas para serem simultâneas. A guerra assimétrica, como ficou dito, explora sobretudo o factor surpresa, recusa as regras de combate impostas pelo adversário, utiliza meios imprevistos e actua em locais onde a confrontação não devia ser provável.²⁶

Como pudemos constatar, as tecnologias aplicadas a plataformas de armas e a sistemas auxiliares que permitem desempenhar funções essenciais do combate (detectar, proteger, comunicar, movimentar, sustentar, etc.) têm revolucionado as capacidades militares, impondo uma crescente necessidade de interacção entre o factor político e o factor militar.

A digitalização do espaço de batalha e a conseqüente capacidade de tratamento e transmissão da informação em tempo real, permitiu detectar objectivos com maior oportunidade e precisão, concentrar efeitos, dando novos contornos do clássico efeito de massa. Esta digitalização permitiu também desenvolver munições inteligentes, com erros mínimos, nunca pensados e acelerar a difusão de ordens e ter uma percepção global dos acontecimentos.

Se são as relações com o poder político, bem como as conseqüências políticas das acções (que podem ser de natureza táctica), que estabelecem a divisão entre os níveis estratégico, operacional e táctico, hoje, a interpenetração torna aquela fronteira mais ténue, de limites por vezes difíceis de definir²⁷. De acordo com a imagem que em baixo se apresenta concluir-se-á o acima exposto.



O controle e a avaliação da actuação do comandante do teatro, por parte da decisão política, são hoje em dia muito mais evidentes do que no passado. Em conflitos simétricos o clássico ciclo de decisão (Observar - Orientar - Decidir - Actuar), que sempre esteve presente em todas as operações militares, hoje toma importância acrescida, e para o opositor que tem capacidade tecnológica para tal, uma função a desenvolver desde o início das operações é entrar no ciclo de decisão do adversário tentando anular/destruir as suas capacidades de informação, comando e controlo.²⁸

A teoria da guerra da nova geração reconhece que tanto a mudança táctica quanto a operacional, acrescidas de profundas alterações verificadas no sector económico, político, social e militar, sofrerão acentuadas transformações. Consequentemente, assistiremos à transformação da natureza da força político-militar motivada pela desinstitucionalização da violência política (isto é, a perda do monopólio da guerra por parte do Estado-nação). Os Estados podem entrar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra o crime organizado.²⁹

As infra-estruturas de informação constituem nos nossos dias umas das mais valias aportadas pela RMA. Desta forma, surgem novos factores que impõem formas de interacção e de relacionamento entre as diferentes unidades políticas, viabilizando-se um alargamento da área de influência da diplomacia.³⁰ De facto, o mesmo poder político/táctico que assegura o controlo do espaço de batalha em período de guerra, fará também a manutenção das relações diplomáticas em tempo de paz.

Esta alteração de fundo leva a que os Estados, entidades e mesmo os indivíduos deixem de sentir a necessidade de definir uma posição clara perante os conflitos e, sobretudo, deixem de sentir a necessidade e adoptar a ampla panóplia de regras e leis internacionais que a sociedade industrial criou para conter a guerra.³¹ Esta mudança qualitativa do conceito de guerra tem múltiplas implicações, sendo que uma das mais importantes é a ligação entre o político e o militar.

Este aspecto encontra-se referido nas memórias do General Wesley Clark, comandante supremo militar da NATO. Nelas o General indica, mediante a exposição de situações concretas, que a acção política é tanto ou mais importante que a militar. Ora, sendo guerras políticas por excelência, elas visam objectivos fluidos que variam muito com as circunstâncias e são difíceis de avaliar em termos quantitativos.³²

A integração dos grupos de combate em forças multinacionais, a flexibilidade de tomada de decisões e a capacidade de agir prontamente quer em operações conjuntas quer em operações de carácter mais restrito passam a ser essenciais à boa condução dos diversos cenários de guerra.³³ A integração, em particular, exige um esforço muito especial, uma vez que implica a utilização de uma mesma linguagem, de conceitos comuns, mesma formação, mesma doutrina táctica, mesma logística, mesmos procedimentos, mesma forma de tratar a informação e muitos outros aspectos em comum.

No contexto actual de partilha de soberania, a capacidade na decisão de qualquer Estado só vai até onde alcançar a sua efectiva capacidade de operações combinadas, ou seja, a soberania e a autonomia possível de um Estado, hoje em dia, chega até onde chegar a sua participação. Um Estado que não se faça ouvir num nível superior de decisão, tem a sua soberania limitada e amputada.

Hoje, mais do que nunca, a independência e a soberania nacional, dependem da capacidade de criar forças que estejam ao nível de exigência dos aliados, mesmo que sejam numericamente reduzidas. Na Europa Ocidental Segurança e Defesa constituem em si próprias a capacidade de manter a forma de vida e os valores livremente escolhidos por um povo, o que aponta para uma acção activa e em coordenação com os aliados.³⁴

Estará o poder político apto a cumprir os requisitos exigíveis para a condução da guerra, em ambiente de alta tecnologia? A resposta a esta questão parece-nos fundamental para uma melhor compreensão da questão. Ao longo destas linhas, quis-se esclarecer qual a actual importância do factor político na condução dos diferentes cenários provocados pela RMA. Consequentemente, podemos concluir que ao nível das elites políticas a preparação, que devia ser total, fica muito aquém do pretendido. De facto, as elites políticas não acompanham ao mesmo ritmo a evolução dos acontecimentos provocados pelas RMA.

Pretender-se-á que as elites políticas, mediante o uso correcto dos vários instrumentos de dissuasão, colocados ao seu dispor, saibam como forçar os seus adversários a ceder mais rapidamente (ex. Iraque). Uma correcta assessoria, constituída por indivíduos devidamente formados em áreas relacionados com a Segurança e a Defesa Nacional (cursos de Defesa Nacional, Programas Avançados de Segurança e Defesa) poderá fazer a diferença na hora da tomada de decisões. A nova elite política deverá ser capaz de actuar em situações limite, deverá ter consciência dos meios de que dispõe para um resultado eficaz, deverá ser flexível adaptando-se a uma realidade que muda a todo o instante.

Como prospectivar o futuro? Crê-se que no presente século assistiremos às guerras espectáculo da RMC; regulares ou irregulares, com um novo tipo de Forças Armadas, de alta tecnologia, com profusa utilização do espaço como a 4ª dimensão da guerra. Por outro lado, identificaremos com clareza a presença de guerras provocadas pela alteração de relação de forças entre actores não estatais e os Estados, guerras irregulares e em ambiente subversivo, sem regras, sem princípios, sem frente ou retaguarda, onde os objectivos são fluídos, na boa compreensão que a única legitimidade é a do exercício.

Resta-nos uma única certeza. No que às guerras deste século concerne, o **factor diferença/surpresa será tão permanente, como o fluir da História, da diversidade dos cenários e dos homens, pelo que** a violência global será uma constante histórica que persistirá.

Bibliografia

- ADAMS, James. *The next World War: the Warriors and Weapons of the New Battlefields in Cyberspace*, London: Hutchinson, 1993. pp. 149-183.
- ANDRADE, John. *Acção Directa: Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*, Lisboa: Hugin Editores, 1999.
- ANGOUSTURE, Aline; PASCAL, Valérie. "Diasporas et Financement des Conflits" *in* JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.), *Economies des Guerres Civiles*, Paris: Hachette, 1996, pp. 495-542.
- BETTS, R. K. "The New Threat of Mass Destruction". *Foreign Affairs*, Vol.77:1, (1998), pp. 26-41.
- BAUER, Alain; RAUFER, Xavier. *A Globalização do Terrorismo*, Lisboa: Prefácio, 2003.
- BERZINS, Chris; PATRICK, Cullen. "Terrorism and Neo-Medievalism", *Civil Wars* Vol. 6: 2 (Summer 2003), pp. 8-32.
- BLOCH, Ivan. *The Future of War*, New York: Doubleday and McClure, 1998.
- BONIFACE, Pascal. *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003.
- BOUVET, Beatrice; DENAUD, Patrick. *Les Guerres qui Menacent les Monde*, Paris: Editions de Félin, 2001.
- CARRIÇO, Manuel. "Os Novos Desafios Político-Militares dos Conflitos Assimétricos". *Revista Militar*, n.º 8/9 (Agosto/Setembro 2002), pp. 607-632.
- CARRIÇO; Manuel. "Terrorismo vs Primazia Americana: Uma Incursão Dialéctica". *Revista Militar*, n.º 8/9 (Agosto/Setembro 2003), pp. 791-813.
- CYBER Attacks During the War on Terrorism: A Predictive Analysis, Hanover: Institute for Security Technology Studies. Darmouth College, September 22, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*, Lisboa: Ed. Perspectivas e Realidades, 1976.
- COOPER, Jeffrey R. "Another View of the Revolution in Military Affairs". *in* J Arquilla and D. Ronfeldt (eds.). *In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*, Santa Monica, California: RAND/ National Defence Research Institute, 1997.
- CREVELD, Martin van. *The Transformation of War*, New York: The Free Press, 1991.
- DELMAS, Claude. *A Guerra Revolucionária*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- GARCIA, Proença. "Políticas de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas", *Estratégia*, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XII, (2000), pp. 413-421.
- GARCIA, Proença. *Análise Global de Uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Lisboa: Prefácio Editora. 2003.
- GARCIA, Proença. "Tipologias de Guerra", *Revista Militar*, Novembro de 2003, pp. 1103-1136.
- HOLSTI, Kalevi. *The State, War, and the State of War*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JOMINI, Baron de. *Tableau Analytique des Principales Combinaisons de la Guerre et de Leur Rapports Avec la Politique Des Etats*, Paris, 1830.
- KALDOR, Mary, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Local:, Stanford University Press, 2001.
- LABROUSSE, Alain. "Territoires et Réseaux: L'exemple de la Drogue", *in* JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.), *Economies des Guerres Civiles*. Paris: Hachette,

1996, pp. 467-494.

LAIDI, Zaki. "Um Mundo Privado de Sentido". *Nação e Defesa*, nº 87: 2ª série (Outono 98), pp. 75-128.

LAQUEUR, W. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass destruction*, New York: Oxford University Press, 1999.

LUTTWAK, Edward. "Towards Post-Heroic Warfare", *Foreign Affairs*, Vol. 74: 3 (May-June 1995).

MARCHUETA, Regina. "Considerações Sobre o Fenómeno do Terrorismo". *in*, *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso*, Lisboa: Editora Prefácio, 2004.

METZ, Steven. *Armed Conflict in the 21st Century: The Information Revolution and Post-Modern Warfare*, Local: Strategic Studies Institute/US Army War College, 2000.

MONTEIRO, Amaro. *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Porto: Universidade Portucalense, 1993.

_____, "Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes", *in* Adriano Moreira (coord.). *Terrorismo*, Coimbra: Almedina, 2004, pp. 121-146.

MOSKOS, Charles C.; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David, *The Post-Modern Military: Armed Forces After the Cold War*, New York: Oxford University Press, 2000.

MUCHIELLI, Roger. *La Subversion*, Paris: CLC, 1976.

NUNES, Viegas. "A Guerra da Informação", *Revista Militar* (número especial, Congresso Internacional da Imprensa Militar, 13 a 16 de Setembro de 1999, Lisboa). pp. 1721-1750.

O'HANLON, Michael. "Coming Conflicts, Interstate War in the Next Milenium", *Harvard International Review*, Summer 2001.

PARAMETERS, "The RMA and the Interagency: Knowledge and Speed vs. Ignorance and Sloth?" by David Tucker, *The United States Army's Senior Professional Journal*, Autumn 2000, Vol. XXX, No. 3.

PEARSON, Frederic; ROCHESTER, Martin, *International Relations: The Global Condition in the Twenty-First Century*, New York: McGraw-Hill, 1997.

PEREIRA, Carlos Santos. "A RAM: Realidade e Utopia". *Nação e Defesa*, Vol. 104: 2ª Série (Primavera de 2003), pp. 149-183.

RICE, Edward, *Wars of the Third Kind: Conflict in Underdeveloped Countries*, Berkeley: University of California Press. 1988.

RIGHT, Quincy. *A Study of War*, 2d ed. Chicago: University of Chicago Press, 1963 (1ª ed. 1942).

Seminário "Portugal e a Transformação da Defesa" - Instituto de Altos Estudos Militares/Academia Militar, 20-23 de Maio, Lisboa, 2004.

TANCA, Antonio. *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, Dordrecht: Kluwer, 1993.

TELO, António. "Reflexões Sobre a Revolução Militar em Curso", *Nação e Defesa* Vol. 103: 2ª série (Outono-Inverno 2002), pp. 211-249.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi, *Guerra e Anti-Guerra*, Lisboa: Livros do Brasil, 1994.

VALLE; Alexandre del, *Guerras Contra a Europa: Bosnia, Kosovo, Chechenia...*, Lisboa, Hugin, 2001.

* O texto que a seguir se apresenta surgiu de um trabalho apresentado na disciplina de Tecnologias de Segurança e Defesa Militar, leccionada pelo Senhor Almirante Vieira Matias no programa de Doutoramento em Relações Internacionais, Segurança e Defesa na Universidade Católica de Lisboa. O resultado final é também fruto da colaboração preciosa do Major Francisco Proença Garcia.

** Mestre em Relações Internacionais (vertente Estudos Europeus) pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa. Doutoranda em Relações Internacionais, Segurança e Defesa na Universidade Católica Portuguesa.

1 Alain Bauer; Xavier Raufer, *A Globalização do Terrorismo*, Lisboa: Prefácio, 2003.

2 Kalevi Holsti na sua obra, *The State, war, and the State of War*. Os seus dados estatísticos referem-se ao número e à respectiva percentagem de Estados que se envolveram em conflitos inter-estatais de 1715 a 1995. A tabela que construiu indica uma média de 0,005 conflitos entre Estados de 1945 a 1995, em contraste com 0,019 por Estado e anualmente nos Estados europeus no século XVIII; 0,014 no século XIX e 0,036 entre 1919 e 1939. De salientar que após 1945 não se registou nenhuma guerra entre as grandes potências (Kalevi Holsti. *The State, War, and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 23). Michael O'Hanlon considera mesmo que as guerras entre Estados se encontram em vias de extinção (Michael O'Hanlon, *Coming Conflicts, Interstate War in the Next Milenium*, *Harvard International Review*, Summer 2001).

3 Já Van der Goltz, na obra *Das Wolk in Waffen de 1883*, previa que no futuro as guerras não seriam um assunto exclusivo das Forças Armadas.

4 Alain Bauer; Xavier Raufer, *A Globalização do Terrorismo*, Lisboa: Prefácio, 2003.

5 Chris Berzins; Patrick Cullen, "Terrorism and Neo-Medievalism" - *Civil Wars*, Vol. 6: 2 (Summer 2003), pp. 8-32.

6 A teoria da paz democrática tem vindo a defender a existência de uma "lei" essencial na política internacional. Estudos empíricos validaram a ideia de que as democracias não fazem a guerra entre si, explicando-se assim a receptividade que esta corrente de investigação tem recebido nos meios académicos da especialidade. Kalevi Holsti, *The State, War, and the State of War*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

7 São inúmeras as tipologias que se podem adoptar. Entre os militares prevalece o tradicional espectro da guerra (internas ou internacionais) com inúmeras variantes. Estas formas possuem características políticas, psicológicas e técnicas específicas e o espectro subdivide-se entre guerra-fria e guerra-quente (como guerra convencional, convencional sob ameaça nuclear). Como guerras internas surgem-nos a guerra subversiva, a revolta militar, o golpe de estado, a revolução e as guerras civis. Outros autores como Steven Metz classificam as guerras em formais, informais e de zona cinzenta (Metz 2000); as guerras novas e velhas (Kaldor, 2001), ou ainda como guerras institucionais, totais e de terceiro tipo (Holsti, 1996).

8 António José Telo, "Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso", *Nação e Defesa*, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002, pp. 211-249.

9 As guerras típicas das sociedades de terceira vaga têm por base a RMC e estão ligadas sobretudo aos grandes poderes, nomeadamente aos EUA e seus aliados. Porém, não é

possível deixar de concluir que a RMC na sua formulação mais profunda está associada exclusivamente, pelo menos por enquanto, à evolução nos EUA.

10 António José Telo, *“Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”*, Nação e Defesa, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002.

11 Conceitos chave: miniaturização, maior alcance, actuação inteligente, furtividade, veículos não tripulados, robotização e novas formas de energia. Estas armas permitem as intervenções cirúrgicas com zero baixas, ou quase zero.

12 As outras dimensões são a terra, o mar, o ar e o espaço extra-atmosférico in Carlos Santos Pereira. “A RAM: Realidade e Utopia”. *Nação e Defesa*, Vol.104: 2ª Série (Primavera de 2003), pp. 149-183.

13 Entendemos por guerra de informação “(...) tudo o que se possa efectuar para preservar os nossos sistemas de informação, da exploração, corrupção ou destruição enquanto simultaneamente se explora, corrompe ou destrói os sistemas de informação adversários, conseguindo obter a necessária vantagem de informação (...)”, (Nunes, 1999).

14 Alexandre del Valle, *Guerras Contra a Europa: Bosnia, Kosovo, Chechenia...*, Lisboa, Hugin, 2001.

15 No futuro, a psicotecnologia disponibilizará novos instrumentos capazes de influenciar crenças e sentimentos o que incrementará, ainda mais, o papel da guerra psicológica e dos guerreiros da informação. Estes aprenderão a implantar falsas realidades e a induzir movimentos psico-culturais e políticos, em prol de determinados interesses nacionais, criando, uma realidade virtual quando a realidade efectiva contradiga os imperativos estratégicos do momento.

16 Pascal Boniface. *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003.

17 António José Telo, *“Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”*, Nação e Defesa, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002, pp. 211-249.

18 *Idem, ibidem*.

19 No Iraque, a força RMC, com combates sucessivos e assimétricos, vergou a vontade de combater iraquiana e a operação militar foi uma nova *Blitzkrieg*. Porém, com a ocupação militar, a tipologia de guerra alterou-se. As operações militares de estabilização, apesar de RMC, fazem-se agora num ambiente subversivo, de guerra irregular, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população, utilizada por estes como escudo e, se necessário, como moeda de troca.

20 António José Telo, *“Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”*, Nação e Defesa, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002, pp. 211-249.

21 Edward Luttwak, num artigo publicado em 1999 na *Foreign Affairs*, intitulado “Give War a Chance”, considera que a guerra “(...) can resolve political conflicts and lead to peace. This can happen when all belligerents become exhausted or when one wins decisively. Either way the key is that the fighting must continue until a resolution is reached. War brings peace only after passing a culminating phase of violence (...)” (Edward N. Luttwak, “Give War a Chance». *Foreign Affairs*, July/August 1999. Disponível em http://isuisse.ifrance.com/emmafraf/base/give_war_a_chance.html).

22 *Idem, ibidem*.

23 Kalevi Holsti. *The State, War, and the State of War*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

24 Mary Kaldor, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Local: Stanford

University Press, 2001.

25 Em África, só na década de 80 do século passado houve 3 milhões de baixas civis, e em 1994, como resultado destas guerras, segundo a Cruz Vermelha, havia 23 milhões de refugiados e 26 milhões de deslocados.

26 Pascal Boniface. *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003.

27 O Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América e as entidades correspondentes de outros países da NATO têm vindo a desenvolver doutrina e treino específico relativo ao desenvolvimento de INFO OPS Defensivas e Ofensivas, focalizadas na protecção ou destruição da infra-estrutura de informação estratégica e da tecnologia militar de um adversário. - Boletim Formação Investigação e Doutrina, nº 59 de 26 de Maio de 2004, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 2004.

28 “O resultado final é um superior conhecimento partilhado pelos vários níveis operacionais, o que permite uma tomada de decisão com um *loop* muito inferior ao do inimigo.” - António José Telo, “*Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso*”, Nação e Defesa, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002, pp. 211-249.

29 Feita agora através de forças armadas privadas, terroristas, mercenários, etc. - Parameters, “The RMA and the Interagency: Knowledge and Speed vs. Ignorance and Sloth?” by David Tucker, The United States Army’s Senior Professional Journal, Autumn 2000, Vol. XXX, No. 3.

30 Em resumo, não há fronteiras claras entre a guerra e a paz; ambas as situações coexistem na gestão de qualquer conflito o que obriga ao poder político um alto grau de flexibilização que na maioria das vezes não é obtido.

31 António José Telo, “*Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso*”, Nação e Defesa, nº 103 - Outono-Inverno, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2002, pp. 211-249.

32 Parameters, “The RMA and the Interagency: Knowledge and Speed vs. Ignorance and Sloth?” by David Tucker, The United States Army’s Senior Professional Journal, Autumn 2000, Vol. XXX, No. 3.

33 A actual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano está em crise, também se caracteriza pela flexibilização do conceito de fronteira, pela aceitação de situações de cidadanias múltiplas e pela governação partilhada.

34 Seminário “Portugal e a Transformação da Defesa” - Instituto de Altos Estudos Militares/Academia Militar, 20-23 de Maio, Lisboa, 2004.